



INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IP
DELEGAÇÃO REGIONAL DO NORTE
CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA

CONVITE

CONSULTA PRÉVIA N.º PR2024321/1185

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA APETRECHAMENTO DE OFICINA PARA FORMAÇÃO EM MECATRÓNICA AUTOMÓVEL NO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA DO CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA, IP (IEFP, IP)

PROCEDIMENTO Nº PR2024321/1185

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA APETRECHAMENTO DE OFICINA PARA FORMAÇÃO EM MECATRÓNICA AUTOMÓVEL NO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA DO CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA, IP (IEFP, IP)

Exmos. Srs.

A entidade adjudicante **Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga** convida essa entidade a apresentar proposta no âmbito da Consulta Prévia nº **PR2024321/1185**, adotada para a aquisição de **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA APETRECHAMENTO DE OFICINA PARA FORMAÇÃO EM MECATRÓNICA AUTOMÓVEL NO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA DO CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA, IP (IEFP, IP)**, nos termos identificados no Caderno de Encargos.

O presente convite obedece ao disposto no artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, pelo que se informa:

1 - Identificação da entidade adjudicante

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P. – Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga

NIPC: 501442600;

Rua de Mazagão – Aveleda – 4705-074 Braga;

Telefone: 253 469 670

Endereço eletrónico: sfp.braga@iefp.pt

Plataforma eletrónica: www.acingov.pt

2 - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do **Sr. Delegado Regional do Norte do IEFP, I.P., Dr. César Manuel Oliveira Ferreira, de 29/08/2024**, exarada na **Proposta de Decisão de Contratar nº 1185 de 05/07/2024**, nos termos do disposto no artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

3 - Objeto do procedimento

A presente consulta prévia tem por objeto o convite para apresentação de propostas para **“FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA APETRECHAMENTO DE OFICINA PARA FORMAÇÃO EM MECATRÓNICA AUTOMÓVEL NO SERVIÇO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA DO CENTRO DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE BRAGA, IP (IEFP, IP)”**, sendo adotado o procedimento por consulta prévia ao abrigo da regulamentação prevista

nos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

4 – Escolha do procedimento

A escolha do presente procedimento por consulta prévia, teve por base o critério do valor, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como o estrito cumprimento do princípio da concorrência.

5 – Documentos da proposta

- a) O concorrente deve apresentar os seguintes elementos, sob pena de exclusão:
 - i) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do presente Convite;
 - ii) Proposta conforme modelo constante do **Anexo III** do presente Convite;
 - iii) Um orçamento detalhado, por cada Lote a que concorre, que contemple os termos e condições da proposta, com apresentação da lista de preços unitários para todas as espécies de bens/serviços;
 - iv) Outros documentos que o concorrente apresente, por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na alínea anterior;
 - v) Certidão Permanente do Registo Comercial ou código de acesso online, onde conste a matrícula e todas as inscrições em vigor, nomeadamente a forma de obrigar, ou, quando não aplicável, Ata da tomada de Posse dos atuais órgãos sociais da entidade + Estatutos da entidade atualizados, onde conste, nomeadamente, a forma de obrigar a entidade.
- b) Os concorrentes podem, ainda, apresentar outros elementos que considerem relevantes, designadamente, os indicativos de eventual conjunto de outros serviços e procedimentos necessários à execução do objeto do procedimento não previstos no caderno de encargos e não contrários ou desconformes com este.
- c) Os preços constantes da proposta deverão cumprir o disposto no art.º 60.º do Código dos Contratos Públicos.
- d) Todos os documentos constituintes da Proposta deverão ser assinados digitalmente, conforme exigido nas alíneas a) e b) do ponto 8 do presente Convite, inclusive os documentos que se destinam a comprovar o poder de representação do(s) signatário(s) da proposta, conforme indicados na alínea d) do ponto 8 do presente Convite;
- e) A proposta é redigida obrigatoriamente em língua portuguesa ou, não o sendo, deve ser acompanhada de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.
- f) A participação no presente procedimento obriga à apresentação de propostas com recurso à **plataforma eletrónica Acingov**.

- g) Na proposta o concorrente deve especificar todos os aspetos que considere relevantes para apreciação das mesmas.

6- Prazo e modo de apresentação da proposta

- a) O prazo para apresentação de propostas e dos documentos que as acompanham é de 12 (doze) dias de calendário, devendo estas ser apresentadas na plataforma eletrónica com o endereço www.acingov.pt, até à data e hora aí referidas.
- b) Não é admitida apresentação de propostas variantes;
- c) As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

7- Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção de propostas é de 66 dias a contar da data do termo do prazo fixado para apresentação das mesmas.

8 - Assinatura eletrónica

- a) Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas terão de ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- b) Nos casos em que, no mesmo ficheiro em formato PDF sejam agrupados vários documentos autónomos, **cada um, individualmente**, deve ser assinado eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, com fundamento no n.º 4 do artigo 57.º do CCP e no n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, e de acordo com a jurisprudência uniformizadora do Supremo Tribunal Administrativo emitida no Acórdão n.º 12/2023, de 17 de novembro.
- c) Os certificados a que se referem nas alíneas anteriores são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança.
- d) Nos casos em que o certificado utilizado não relacione o assinante com a sua função e poder de assinatura como sucede, por exemplo, com o Cartão de Cidadão, deverá ser apresentado um documento oficial indicando o poder de representação do signatário, que poderá ser a certidão de registo comercial ou uma procuração que confira os poderes necessários para os atos praticados ou a praticar.

9 - Concorrentes

Podem apresentar propostas as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação.

10 - Agrupamentos

- a) Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

- b) Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento candidato ou outro agrupamento concorrente.
- c) Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
- d) Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica prevista no convite do procedimento.

11 - Critério de adjudicação

- a) A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela **avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, para cada lote** (alínea b) do n.º 1 do Artigo 74.º do CCP).
- b) Cada concorrente poderá concorrer ao(s) lote(s) que entender.
- c) No caso do mesmo concorrente ganhar mais que um lote, a entidade adjudicante poderá celebrar um contrato único que abranja todos os lotes adjudicados ao mesmo concorrente, nos termos do disposto no n.º 5, do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos.

12- Critério de desempate

- a) Em caso de empate entre propostas, por lote, o desempate será efetuado por sorteio, nos seguintes modos:
 - i) A realizar com a presença dos representantes legais de cada concorrente cujas propostas se encontrem em situação de empate, e conduzido pelo júri do procedimento, ato do qual será redigida ata a assinar por todos os intervenientes.
 - ii) Os concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate, serão notificados da data, hora e local do sorteio com a antecedência de 3 dias úteis.
 - iii) Os representantes de cada concorrente, deverão apresentar-se munidos da respetiva identificação e de comprovativo ou declaração que confira poderes para representar a entidade, emitida por quem tem poderes para a obrigar.
 - iv) O sorteio realizar-se-á na data e hora agendada, mesmo que se verifique a não comparência de algum dos representantes.

13- Órgão Competente para Prestar Esclarecimentos

- a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri.
- b) Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo devem apresentar a lista de erros e omissões, através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, durante o primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.

- c) Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados através da plataforma eletrónica www.acingov.pt, até ao fim do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas nos termos da alínea a) do n.º 5 do artigo 50º do CCP.
- d) O órgão competente pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentados até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas, nos termos da alínea b) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP.

14 - Documentos de Habilitação

- a) Os documentos de habilitação exigidos ao adjudicatário, nos termos do art.º 81º do Código dos Contratos Públicos, deverão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, nomeadamente:
 - i) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite e do qual faz parte integrante;
 - ii) Documentos comprovativos que não se encontrem nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;
 - iii) Comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo com indicação do respetivo código de acesso, para cumprimento do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
 - iv) Fotocópia do cartão de pessoa coletiva da entidade;
 - v) Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente Convite e do qual faz parte integrante.
- b) Os documentos de habilitação devem ser entregues na plataforma eletrónica www.acingov.pt.
- c) Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, salvo quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- d) Nos termos do n.º 2 do art.º 85.º do Código dos Contratos Públicos, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.
- e) Quando se verificar o previsto no n.º 2 do artigo 86.º do CCP, o Adjudicatário será notificado para, no prazo de 5 (cinco) dias, se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- f) Quando em resultado da audiência prévia referida no número anterior se verificar o previsto no n.º 3 do artigo 86º do CCP (facto não imputável ao Adjudicatário), o órgão competente para a decisão de contratar poderá conceder ao adjudicatário um prazo adicional de 5 (cinco) dias para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

15 - Caução

Não é exigível a prestação de caução.

16 – Caderno de Encargos

A aquisição dos bens e serviços objeto do presente procedimento obedece ao Caderno de Encargos.

17 - Publicitação

A celebração deste contrato será alvo de publicitação no portal da Internet dedicado aos contratos públicos, www.base.gov.pt, de acordo com o disposto no artigo 127.º do Código dos Contratos Públicos.

18 - Prazos

Todos os prazos indicados no presente convite cumprem o disposto no artigo 470.º Código dos Contratos Públicos.

19 - Apoio técnico referente à plataforma eletrónica

Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica poderão recorrer ao apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço de email apoio@acingov.pt ou através do número de telefone 707 451 451.

20 - Direito aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite aplicar-se-á o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e subsidiariamente na demais legislação aplicável.

21 - Consulta Preliminar e definição do Preço Base

Para efeitos de informação sobre o preço base definido no Artigo 2.º do Caderno de Encargos, o preço base por lote, foi apurado com base na média ponderada dos preços unitários obtidos das respostas resultantes de consultas preliminares efetuadas, ao abrigo do art.º 35-A do Código dos Contratos Públicos.

A informação pertinente, resultante das consultas preliminares realizadas será, caso seja solicitada, disponibilizada aos futuros concorrentes do presente procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora do Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga

Cláudia Serapicos Alves

Em anexo:

Anexo I – Modelo de Declaração

Anexo II - Modelo de Declaração

Anexo III - Modelo de Declaração

Anexo IV - Modelo de Declaração

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º - A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... {local},... {data},... [assinatura {4}].

{1} Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

{2} No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

{3} Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

{4} Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [1]... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada [2] não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados [3]] os documentos comprovativos de que a sua representada [4] não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... [local],... [data],... [assinatura [5]].

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[3] Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

[4] No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

[5] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração contendo os atributos da proposta

(a que se refere a subalínea ii) da alínea a) do ponto 5 do Convite)

_____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de
(1)_____ [denominação social, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento
concorrente, denominação social, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito
conhecimento do caderno de encargos relativo à aquisição de bens que tem por objeto “ _____ ”
[designação ou referência ao procedimento em causa], vem apresentar proposta de preço para os seguinte(s)
lote(s):

- Lote n.º _____, pelo preço contratual de _____ (por extenso e por algarismos, em euros); que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado;
- Lote n.º _____, pelo preço contratual de _____ (por extenso e por algarismos, em euros); que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado;
- [...]

conforme a(s) lista(s) de preço(s) unitário(s) apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.

A presente proposta mantém-se válida no prazo de: ____ dias (2), contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

À(s) quantia(s) supramencionada(s) acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

... (local), ... (data), ...

assinatura

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) O prazo mínimo de manutenção da proposta é de 66 dias, conforme ponto 7 do Convite.

ANEXO IV

Modelo de declaração

[a que se refere a subalínea v) da alínea a) do ponto 14 do Convite]

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [1]... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, que [nome do interlocutor], com a categoria profissional de _____, será o interlocutor por parte do adjudicatário com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, no âmbito **“Fornecimento e instalação de equipamentos para apetrechamento de oficina para formação em mecatrónica automóvel no Serviço de Formação Profissional de Braga do Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga, IP (IEFP, IP)”**, decorrente do Consulta Prévia nº PR2024321/1185.

... [local],... [data],... [assinatura [2]]

[1] Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

[2] Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP